

Os aspectos econômicos do conflito civil e o caso da Colômbia

*Economic aspects of civil conflicts
and the case of Colombia*

Gustavo Meira Carneiro
Helena Lobato da Jornada

Resumo

O estudo dos conflitos civis teve modificações consideráveis a partir do final dos anos 1990, com destaque para o interesse nos seus aspectos econômicos. O estudo desses aspectos cresceu substancialmente com a contraposição de duas ideias sobre qual seria a maior causa dos conflitos – se ganância ou reivindicação. Várias linhas de estudo se desenvolveram a partir daí, e passou a ser dada maior atenção à dinâmica interna dos conflitos e às suas relações com recursos naturais. Este artigo faz uma revisão dessa discussão, desde a dicotomia inicial até as relações com recursos naturais e os agentes envolvidos no conflito. Em seguida, é feita uma análise do conflito na Colômbia e de sua evolução à luz da literatura discutida.

Palavras-chave: Conflito civil; Economia política do conflito; Ganância e reivindicação; Colômbia.

A partir do final da década de 1990, o estudo dos conflitos civis teve contribuições e inovações extremamente relevantes, em grande parte devido à percepção de uma mudança na sua dinâmica após o fim da Guerra Fria. Dentre essas contribuições, destaca-se a crescente atenção dada pelos estudiosos aos aspectos econômicos dos conflitos civis – muito pouco estudados até então. O desenvolvimento da discussão acadêmica nessa área ocorre principalmente a partir da análise de Collier e Hoeffler acerca da incidência das guerras civis.

A partir de uma análise econométrica, Collier (1998) procura entender os aspectos econômicos, e não políticos ou de estrutura social tradicionalmente analisados no estudo de guerras civis. A conclusão à qual leva, posteriormente, esse estudo – de que “ganância”, e não “reivindicação”, era a causa de guerras civis – teve repercussões que ultrapassaram o mundo acadêmico e guiaram políticas de prevenção e resolução de conflitos.¹ Além disso, a colocação da existência de recursos naturais como variável-chave na explicação da incidência de conflitos civis teve repercussões consideráveis.

A análise econômica das guerras civis tomou, a partir daí, grande fôlego e se desenvolveu amplamente no que se pode chamar de “economia política do conflito civil”. A crítica e o aprofundamento do estudo dessa dimensão econômica estiveram inicialmente muito focados na dicotomia entre ganância e reivindicação como explicações para a ocorrência do conflito. O seguimento da discussão, porém, leva a crer que não se pode fazer uma contraposição forçada entre ganância e reivindicação. Afirmar que a ganância dos grupos rebeldes e a possibilidade de tirar proveito econômico de uma guerra civil explicam a sua ocorrência é um extremo reducionismo, o que não permite ignorar que a ganância é uma variável-chave nesse cenário.

O intenso debate que se segue à polêmica criada pelos artigos de Collier e Hoeffler leva à superação dessa visão dicotômica – mesmo pelos últimos, em trabalhos subsequentes – e a grandes evoluções nesse campo de estudo (BALLEN-TINE; NITZSCHKE, 2003; BERDAL, 2005; COLLIER, HOFFFLER; ROHNER, 2006). Este artigo pretende avaliar, portanto, as principais evoluções no estudo da dimensão econômica da guerra civil a partir da oposição entre ganância e reivindicação. Além disso, buscamos fazer uma interpretação das teorias discutidas, aplicando seus desenvolvimentos ao estudo da guerra civil colombiana.

Assim, faremos primeiramente uma análise das contribuições dadas pela discussão das teorias de ganância *versus* reivindicação. Nas duas partes subsequentes, o texto focará nas evoluções da economia política do conflito civil, tanto no que tange à relação entre conflito e recursos naturais, quanto nas análises dos atores nele envolvidos. Por último, é feito um breve estudo do conflito armado na Colômbia, à luz das teorias discutidas ao longo do texto.

1. Ganância e reivindicação é a tradução do inglês de *greed* e *grievance*, respectivamente, utilizados na literatura internacional sobre o tema, feita pelos autores.

As contribuições da dicotomia ganância e reivindicação

A abordagem econômica dos conflitos civis vem oferecer uma alternativa não apenas em termos de análise, mas também em termos de política. O estudo de Collier e Hoeffler trouxe à tona uma análise da guerra civil centrada na busca dos rebeldes² pelo ganho econômico, afirmando que as reivindicações surgiam como forma de legitimar um conflito aos olhos daqueles que os rebeldes querem que os apoiem (COLLIER; HOFFLER, 2000; COLLIER; HOFFLER, 2006). Em seus primeiros estudos, Collier e Hoeffler chamavam a atenção para a ganância como principal motivador do conflito civil, e apontavam para a pilhagem de recursos naturais existentes nos países como principal fonte de financiamento dessas rebeliões – daí a ligação entre recursos naturais e guerra civil. A observação de tal ligação, como foi dito, teve grande impacto e incitou uma série de estudos posteriores (BANNON; COLLIER, 2003; ROSS, 2004; LE BILLON, 2001; FEARON, 2004) que apontam até mesmo para a existência de uma “maldição dos recursos naturais”.

Em trabalhos posteriores, Collier e Hoeffler colocam a dicotomia como sendo não meramente entre ganância e reivindicação, mas entre as abordagens da ciência política e da economia – como diferentes entre as motivações (reivindicação e ganância) e entre as explicações (reivindicações atípicas *versus* oportunidades atípicas). É atribuído, a partir de então, um papel mais relevante às oportunidades dos rebeldes, e não apenas às suas motivações. Esse novo estudo econométrico conclui novamente que as reivindicações não têm papel predominante na incidência do conflito, mas atribui às oportunidades – ou seja, não mais simplesmente à ganância, mas à percepção de uma possibilidade de ganho – o papel central da explicação. Assim, os próprios iniciadores da tese da ganância acabam se afastando da definição estrita das motivações, passando a focar nas oportunidades de ganho.

Mas a análise centrada nos rebeldes trouxe consequências não somente no meio acadêmico, mas no meio político em especial. Isso porque se torna mais fácil, aos olhos dos formuladores de políticas, buscar o fim de conflitos gerados por meros grupos criminosos, do que daqueles gerados por uma estrutura social falida. Além disso, tal tese teve impactos claros nas políticas internacionais de segurança, estampados – como coloca Berdal (2005) – até mesmo nas ações tomadas pelo Conselho de Segurança da ONU em termos de sanções contra “bens de conflito”, como os diamantes de Serra Leoa e Angola.

A tese de Collier, porém, foi amplamente refutada por outros estudiosos, sendo vista como reducionista nas afirmações de que a ganância explicaria o início de uma guerra civil (BALLENTINE 2003; BALLENTINE; NITZSCHKE

2. Collier e Hoeffler (2005), consideram a “emergência e persistência de um exército rebelde” o fenômeno a ser explicado no estudo da guerra civil.

2003; BERDAL, 2005). Ballentine e Nitzschke (2005) enumeram cinco críticas principais à tese da ganância de Collier. Em primeiro lugar, é muito difícil padronizar comportamentos individuais – as motivações podem ter variações muito grandes entre indivíduos e ao longo do tempo. Em segundo, as teses centradas nos rebeldes deixam de lado a importância do Estado na dinâmica da guerra civil, e podem até legitimar ações totalitárias por parte destes. Terceiro, colocar rebeldes e criminosos em um mesmo patamar renega o papel da diplomacia na solução desses conflitos. Quarto, a simples disponibilidade de recursos naturais não representa uma oportunidade para a rebelião, a estrutura social e do Estado também são determinantes fundamentais – um Estado estabelecido e organizado torna a rebelião muito difícil, mesmo com a presença de recursos naturais em abundância. Por último, os determinantes da ocorrência de um conflito não são apenas a ganância e a oportunidade de ganho, mas sua interação com as reivindicações sociais e políticas.

Berdal (2005) centra sua crítica ao modelo de Collier e Hoeffler na visão de que uma análise estatística e baseada na premissa de racionalidade dos agentes seria estática e não levaria em conta os aspectos culturais e históricos. A análise estatística seria, portanto, pouco conclusiva no que tange à dinâmica do conflito, até mesmo pela dificuldade na obtenção de dados confiáveis – que merece atenção especial quando se trata de países em conflito, com dificuldades claras de governabilidade.

É nessa base que se dão as críticas à teoria da ganância como explicação do conflito civil. Todavia, tal teoria trouxe contribuições importantes e provocou um debate que se provou extremamente frutífero. Essa tese, ao abordar o conflito civil sob uma ótica “racional”, vai contra a imagem, muito forte na década de 1990, do conflito como evento irracional, imprevisível, característico de sociedades bárbaras com etnias que se odeiam terrivelmente. Além disso, a crítica à análise estatística, apesar de válida no que diz respeito ao fato de ser estática, não pode deixar de lado a validade de algumas relações apontadas no estudo. Os próprios Collier e Hoeffler (2001) admitem a dificuldade desse tipo de trabalho, principalmente no que diz respeito à dinâmica do conflito, colocando que os dados disponíveis servem bem apenas para a análise da incidência dos conflitos.³

A contribuição da tese da ganância *versus* reivindicação é inegável também no que diz respeito ao estabelecimento das relações entre os conflitos civis, desenvolvimento e pobreza (MURSHED, 2002). O trabalho de Collier junto ao Banco Mundial chama a atenção para a dificuldade imposta pelo conflito nos países pobres e para o surgimento de uma “armadilha de conflito” –⁴ o círculo vicioso

3. Para uma avaliação mais extensa dos tipos de variáveis utilizadas nos estudos estatísticos sobre o assunto, ver Murshed e Tadjeddin, 2007.

4. Armadilha de conflito é a tradução dos autores para o termo *conflict trap*, utilizado na literatura internacional.

que se forma entre pobreza e conflito. No relatório *Breaking the conflict trap*, do Banco Mundial (2003), os países afetados por conflitos civis passam a ter atenção especial dessa instituição, com a visão de que o conflito é uma enorme barreira ao desenvolvimento. De tal modo, podemos afirmar que um dos maiores méritos das teorias “econômicas” de conflitos civis é evidenciar o nexo existente entre estes e a pobreza.

A contraposição à tese da ganância como causa central dos conflitos civis coloca as reivindicações e a busca por justiça como seus principais motores. Essas teorias costumam apontar as diferenças entre grupos sociais, que levam a reivindicações por parte dos grupos excluídos, como fatores explicativos da ocorrência de conflitos. Murshed e Tadjoeeddin (2007) subdividem as teorias baseadas em reivindicações em três tipos: privações relativas, polarização e desigualdades horizontais.

As teorias centradas nas privações relativas apontam que a violência é potencializada em uma coletividade onde há percepção de uma privação por parte de algum grupo (GURR, 1968). Ou seja, a probabilidade de conflito aumenta quando um grupo percebe injustiças na sua relação com o resto da coletividade. A percepção de privações relativas pode ocorrer de diversas formas – entre grupos étnicos de um mesmo país, entre regiões ou mesmo entre classes sociais.

A polarização aponta para uma direção parecida com a das privações relativas, qual seja, a percepção de um grupo em relação à coletividade. Esteban e Ray (2004) definem a polarização como relacionada à alienação que um grupo (homogêneo) sente em relação ao grupo maior em que está inserido (mais heterogêneo). A noção de um grupo homogêneo é relevante, segundo os autores, pois sua pretensão é avaliar somente fenômenos de violência em larga escala, que envolvam grupos identificados. A principal inovação das teses de polarização é a tentativa de sua mensuração em índices, utilizados em diferentes áreas (ESTEBAN; RAY, 2004).

Desigualdades horizontais também observam as diferenças entre grupos sociais, diferenciando-se da abordagem tradicional de desigualdade. Desigualdade horizontal é aquela existente entre grupos, em oposição a desigualdade vertical – aquela existente entre indivíduos. É importante, porém, observar a dificuldade que se impõe nas tentativas de medição dessas desigualdades, já que é extremamente complicado estabelecer a divisão de grupos, que podem variar entre etnia, religião, cor ou mesmo condição legal, e muitas vezes se sobrepõem (STEWART; BROWN; MANCINI, 2005). Testes estatísticos utilizando medidas de desigualdades horizontais demonstram alta correlação entre algumas dessas medidas e a incidência de conflitos. Em seu estudo, Østby (2006) aponta que a medida de desigualdade horizontal social (dada pelas oportunidades de educação e emprego de um grupo) é mais significativa do que a econômica, uma vez que a social é geralmente o fruto de uma discriminação aberta.

Temos então, *grosso modo*, o desenho geral da contraposição entre as teorias de ganância e de reivindicações para os conflitos civis. Ambas as visões colocam fatores importantes para a incidência de uma guerra, mas, como apontam Murchshed e Tadjoeeddin (2007), uma análise dos casos demonstra que os fatores aí apontados não são suficientes para explicar a explosão de um conflito.

Dessa forma, a dicotomia entre ganância e reivindicação na explicação dos conflitos civis teve contribuições vitais para esse campo de estudo. A evolução do estudo dos aspectos econômicos dos conflitos civis teve aí seu ponto de partida e suas descobertas básicas. Vários autores procuram colocar um fim nessa dicotomia inicial (BALLENTINE; NITZSCHKE, 2005; BERDAL, 2005, AGBONIFO, 2004; KORF, 2005; e mesmo COLLIER; HOFFLER, 2004),⁵ por entenderem que a tese da ganância como motor primordial do conflito foi, de certo modo, superada. É nesse contexto que se multiplicam os estudos que estabelecem tipologias das relações entre recursos naturais e conflitos e dos agentes econômicos envolvidos no conflito e das transformações provocadas por este.

Recursos naturais e a tipologia dos conflitos

O estudo da relação entre recursos naturais, a ocorrência e a dinâmica dos conflitos civis desenvolveu-se bastante e apresenta observações importantes para a compreensão desse fenômeno. Destacam-se, entre os estudos nesse sentido, os que observaram a relação entre os tipos de recursos explorados e o benefício dos agentes envolvidos no conflito. Le Billon (2001) apresenta dois tipos gerais de relações entre conflitos e recursos naturais – conflitos por recursos escassos e por recursos abundantes. No caso dos recursos escassos, o conflito seria causado pela apropriação destes por um grupo em detrimento de outros – gerando assim reivindicações.

No caso dos conflitos com recursos abundantes chama a atenção, em especial, a tipologia que apresenta uma diferenciação entre recursos pilháveis e não-pilháveis, e como esses afetam os rumos de um conflito (LE BILLON, 2001; ROSS, 2003; FEARON, 2004). Recursos pilháveis, como pedras preciosas aluviais, plantações de narcóticos,⁶ coltan, entre outros, são associados com insurgências não-separatistas – como em Serra Leoa, Colômbia e Afeganistão. Por se tratar de recursos facilmente exploráveis e transportáveis, sem necessidade de trabalho qualificado ou grandes investimentos, eles se tornam uma fonte fácil de benefícios materiais para aquele que controlar a área rica nesses recursos. Dessa

5. É ilustrativo o fato de três dos cinco artigos citados terem no título a frase *Beyond greed and grievance*, ou seja, “além da ganância e reivindicação”.

6. Normalmente, na literatura internacional, os narcóticos são incluídos como recursos naturais. Porém, há muito poucos estudos estatísticos que realmente levam em conta esses produtos, já que os dados sobre transações com eles são escassos e imprecisos.

forma, o acesso a eles tende a prolongar os conflitos, pois a sua exploração e comércio servem para financiar os agentes na continuação das hostilidades (ROSS, 2004; BANNON; COLLIER, 2003). A presença de recursos pilháveis remete também às teses de ganância, já que estes geralmente apresentam grandes retornos – tornando-se não apenas um meio, mas uma motivação para a perpetuação dos conflitos. Além disso, a presença dos últimos contribui para a perpetuação das hostilidades, na medida em que pode servir como motivo de fragmentação dos grupos rebeldes e, logo, de mais combates (BALLENTINE; NITZSCHKE, 2005).

Já os recursos não-pilháveis, como diamantes de difícil acesso, minerais profundos, petróleo e gás natural, são associados com conflitos separatistas, o que pode ser explicado por diversas razões. Em primeiro lugar, muitos dos custos econômicos, sociais e ambientais da exploração desses recursos são arcados pelas comunidades da região onde está localizado o recurso, que muitas vezes são culturalmente e etnicamente distintas do resto do país, quando não marginalizadas. Em segundo lugar, como a exploração desses recursos necessita de grandes investimentos, os maiores beneficiários de sua exploração são as companhias multinacionais ou os governos. Assim, pode-se produzir um efeito de privação relativa, ou de desigualdades horizontais entre regiões, na medida em que – muitas vezes – as regiões ricas nesses recursos recebem pouco em troca dos benefícios que geram, devido à má governança ou à corrupção. Além disso, a exploração de tais recursos tem geralmente um baixo efeito multiplicador nos locais onde ocorre, o que faz com que a insatisfação da população local não seja compensada por um aumento significativo em sua renda. Por fim, a existência de uma área rica em recursos pode ser vista pelos movimentos separatistas como uma base econômica viável para a construção de um Estado independente, encorajando dessa forma conflitos secessionistas (BALLENTINE; NITZSCHKE, 2005; COLLIER; HOFFLER, 2002; ROSS, 2006). Exemplos claros desse tipo de relação são o da região do Delta do Níger, na Nigéria ou de Aceh, na Indonésia.

Ballentine e Nitzschke (2005) argumentam que essas distinções não são meramente acadêmicas, mas possuem implicações políticas bastante importantes. Os autores realçam a necessidade de considerar os aspectos da economia política do conflito, assim como a capacidade e falência estatal, para explicar o desenvolvimento e a duração deste. Além disso, apresentam uma situação aparentemente paradoxal, que tem como exemplo o caso do sucesso da exploração de diamantes em Botswana, bastante diferente do conhecido caso de Serra Leoa. A explicação está no caráter diferenciado que os diamantes possuíam em cada um dos países – pois em Serra Leoa, os diamantes eram aluviais, facilmente pilháveis, enquanto em Botswana os diamantes eram encontrados dentro de rochas, o que trouxe a necessidade de altos investimentos para sua exploração e permitiu maior controle.

Agentes econômicos do conflito e a economia política de guerra

É comum a visão de que países em conflito são praticamente um universo paralelo onde os mecanismos econômicos normalmente observados não existem. Porém, “a vida econômica não deixa de existir durante a guerra” (BALLENTINE; NITZSCHKE, 2005), e o estudo das “economias de guerra” vem observar as interações entre os agentes durante o conflito e quais suas relações com a dinâmica deste. As economias de guerra servem aos interesses dos inúmeros atores envolvidos no contencioso, sendo que a análise dos agentes que atuam nessa economia política da guerra pode contribuir para o desenvolvimento de uma estratégia mais precisa para a prevenção e resolução de conflitos.

Como mencionam Ballentine e Nitzschke (2005), todo conflito possui sua história, dinâmica e agentes. Dessa forma, aqueles que buscam sua resolução devem perguntar algumas questões-chaves: quais são os principais atores que participam das economias de guerra? O que os motiva a participar das economias de guerra? Quem controla os meios de violência? Quais incentivos eles possuem para estabelecer a paz? Para responder a essas questões, é proposta uma taxonomia para essas economias, dividindo-as entre: “economias de combate”, “economias de mercado negro” e “economias de convivência”; tais divisões abarcam atores, motivações e atividades econômicas diversas (COLLINSON, 2003; GOODHAND, 2004; GOODHAND, 2005).

A “economia de combate” é baseada nas interações econômicas que sustentam diretamente o conflito em curso. É dominada por uma variedade de atores, incluindo o Estado, os grupos rebeldes, assim como os chamados “empresários do conflito”, nacionais e estrangeiros, que fornecem os armamentos e todo o material militar necessário para os outros agentes. As formas mais utilizadas para a geração dos recursos materiais que sustentam essa “economia” são a taxação de atividades econômicas – lícitas e ilícitas –, extorsão de negócios locais, controle da exploração de recursos naturais, imposição de alfândegas e estabelecimento de bloqueios viários, assim como a venda de licença para a exploração futura de recursos, e a obtenção de auxílio estrangeiro.

A “economia de mercado negro” engloba as relações econômicas que se manifestam fora de um padrão controlado pelo Estado. Esses agentes lucram com o conflito de forma pouco escrupulosa, o que inclui as máfias e outros criminosos que se beneficiam das oportunidades de negócio que surgem nas situações não reguladas e caóticas da guerra. As margens de lucro aumentam significativamente nos regimes que sofrem sanções, como em Serra Leoa, Afeganistão e nos Bálcãs, especialmente através do tráfico transnacional de ilícitos. Como mencionam Ballentine e Nitzschke, a estrutura dessas economias pode já estar sedimentada antes do estouro do conflito. Esse fato é importante, pois muitas vezes essa é a maior fonte de financiamento dos futuros rebeldes, e assim que o conflito inicia-se, essas

economias são absorvidas pelos combatentes e se tornam a base da “economia de combate”, como aconteceu em Serra Leoa na indústria informal de diamantes (PUGH; COOPER; GOODHAND, 2003), e no Kosovo, onde a economia informal baseada em contrabando dos países vizinhos sustentou o movimento de resistência a Belgrado.

As “economias de convivência” compreendem aquelas inúmeras interações econômicas durante os conflitos armados que proveem benefícios à população civil, especialmente aos mais vulneráveis, ali onde as economias formais e as formas tradicionais de subsistência estão destruídas ou deixaram de ser economicamente viáveis. Seguidamente essas economias são baseadas em recursos pilháveis, como o cultivo de papoula no Afeganistão, e recursos minerais como ouro e coltan na República Democrática do Congo (GOODHAND, 2005). Na Colômbia, essa economia também serve para perpetuar o conflito, dada a plantação de coca por parte da própria população camponesa, por ser este o produto agrícola mais bem remunerado. Nesse contexto, não existe um incentivo econômico para que a população contribua para o fim do conflito civil, pois são justamente os principais atores do conflito (guerrilhas e paramilitares) que vão consumir sua produção para a fabricação de narcóticos (RÖHL, 2004).

Por mais úteis que sejam tais classificações como ferramenta analítica, existem casos que transbordam quaisquer tentativas de categorização, pois as motivações do conflito armado podem mudar à medida que o contencioso se desenvolve. Para aqueles que buscam formular políticas eficazes para prevenção, resolução e reconstrução, é importante saber diferenciar aqueles atores que estão envolvidos no conflito pela busca de poder e lucros daqueles que são forçados a participar dos conflitos por mera subsistência, como é o caso daqueles que normalmente se enquadram nas economias de convivência.

Assim, conflitos transformam a sociedade, e não apenas a destroem, fazendo com que as pessoas adaptem seu comportamento e sua forma de subsistência durante o conflito. A análise da cadeia de produtos e a análise dos meios de subsistência são tentativas de sistematizar a dinâmica econômica durante o conflito. A primeira identifica as relações dos agentes do conflito com agentes comerciais, da produção ao consumo, nos níveis local e internacional, no que diz respeito aos recursos naturais relacionados ao conflito. A segunda investiga como as comunidades fazem para produzir seus meios de subsistência em tempos de conflito.

O entendimento de todas essas interações que ocorrem durante o conflito é fundamental para qualquer política a ser adotada em relação a ele. Falhar em distinguir entre os interesses dos agentes, estratégias de subsistência e as vulnerabilidades da população pode levar a uma intervenção que aprofunde o conflito, destrua a economia remanescente ou mesmo aumente a taxa de lucro daqueles que ganham com a violência (COLLINSON, 2003).

O conflito na Colômbia

O conflito civil que afeta a Colômbia já dura mais de quatro décadas e envolve uma variedade bastante complexa de atores, o que torna seu estudo extremamente rico no que tange à economia política do conflito. O início da atual guerra civil na Colômbia remonta à metade do século XX, após o período chamado de *La Violencia*. O grupo armado derivado do pequeno Partido Comunista, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) – com inspiração marxista e soviética –, e um outro movimento inspirado pela revolução cubana – majoritariamente formado por estudantes adeptos da teologia da libertação –, o Exército de Libertação Nacional (ELN), instalaram-se nas províncias rurais do país, em um ambiente político dominado pela divisão entre liberais e conservadores desde o século XIX, onde as necessidades dos camponeses pobres de terra e trabalho eram ignoradas (BUSHNELL, 1993; GUÁQUETA, 2003).

Analizando-se historicamente, há poucas evidências de que a tese da ganância possa ser aplicada para o caso da Colômbia. De fato, ao menos na análise da literatura histórica existente sobre o tema, é difícil não atribuir às reivindicações o início desse conflito. Fica claro, na verdade, que havia uma percepção forte de desigualdade entre grupos naquela sociedade – entre camponeses e proprietários de terras, ou mesmo entre os descendentes de espanhóis e os indígenas –, ou seja, as reivindicações podem explicar melhor o início das hostilidades.

Quanto à dependência de recursos naturais à época do início do conflito, pode-se destacar a forte presença do café como principal produto de exportação do país. Porém, a relação desse produto com uma motivação gananciosa para o conflito parece pouco verossímil. Ao contrário, pelo fato de a produção do café ser caracterizada por grandes propriedades rurais controladas por latifundiários, sua presença parece levar na direção oposta à da tese de ganância. Podemos ver a presença dessa dependência do café – pelas características de sua produção – como um fator gerador de desigualdades horizontais, entre aqueles que têm e os que não têm acesso a terras, entre os camponeses e os latifundiários.⁷

Historicamente, o conflito colombiano passa por uma mudança dramática: de um conflito de baixa intensidade a uma guerra civil com mais de 1000 mortes por ano a partir dos anos 1990. O número de mortes em batalha aumenta a partir dos anos 1980 e se acentua no início da década de 1990. A média anual de mortes entre 1966 e 1986 é de 179 mortes; já entre 1986 e 2003, essa média salta para 1268.⁸ O que pode explicar uma escalada tão grande da violência? A principal

7. Apesar de não ser um dos casos mencionados de recursos naturais, o café pode ser encaixado em tal análise, haja vista que, em boa parte da literatura internacional, o indicador utilizado para medir a dependência de recursos naturais é a razão entre a exportação de produtos primários e o PIB.

8. A fonte dos dados brutos é o *Battle deaths dataset 2.0*, do projeto UCDP/PRIO Conflict Dataset. Disponível em: <http://new.prio.no/CSCW-Datasets/Data-on-Armed-Conflict/Battle-Deaths-Data2/>.

explicação para esse fenômeno é a expansão do cultivo de narcóticos (principalmente coca) e o envolvimento das guerrilhas com esse mercado.

É certamente relevante para essa mudança, no contexto da Guerra Fria, o declínio da União Soviética – que leva ao fim da ajuda externa às guerrilhas colombianas (LEAL, 2005). Ao mesmo tempo, nos anos 1980, começam a se desenvolver os grupos paramilitares de extrema-direita – visando contrapor-se à ação das guerrilhas de esquerda. Ao longo dos anos 1980, portanto, o tráfico de drogas penetra no conflito civil. O fim dos grandes cartéis, no início dos anos 1990, permite um envolvimento ainda maior dos atores do conflito no narcotráfico. A partir daí, as guerrilhas e grupos paramilitares começam a controlar cada vez mais o cultivo e a comercialização da coca, utilizando os recursos gerados pelo tráfico como forma de financiamento.

É a partir desse momento que o conflito colombiano toma novas dimensões, com uma escalada da violência a partir da entrada de novos atores e de novos recursos no cenário. Fica claro que a introdução de um recurso natural como variável nesse conflito provoca uma mudança radical na sua dinâmica, à medida que introduz novos atores e mesmo novos objetivos no conflito – dada a possibilidade de ganhos que surge daí. Poderíamos, agora sim, fazer um paralelo entre o caso colombiano e as teorias de Collier e Hoeffler (2004), pois, a partir do momento em que há a percepção de uma oportunidade de ganho econômico, aumentam as hostilidades.

Todavia, é uma questão central estabelecer se a mudança que ocorre diz respeito ou não às motivações dos guerrilheiros, ou seja, se a ganância realmente passou a ser o principal motor da luta. Guáqueta (2003) afirma que, apesar de ter incorporado o narcotráfico como forma de financiamento, não se pode afirmar que as motivações rebeldes se modificaram ao longo do tempo. De fato, o que se modifica com a inclusão da coca como meio de financiamento da guerrilha não são os objetivos últimos desta, mas justamente os meios para que se atinjam tais objetivos. As Farc negam envolvimento direto com o narcotráfico e continuam insistindo em ideais socialistas. Segundo seu próprio Estado-Maior, as Farc são uma organização guerrilheira, político-militar, e que luta para conquistar a paz com justiça social.⁹

Por outro lado, avaliar com alguma certeza os objetivos dos rebeldes é extremamente complicado, dado que estes se declaram um movimento político, mas são vistos como grupo criminoso e terrorista.¹⁰ Não tendo, portanto, uma base sólida para afirmar se houve ou não uma mudança nos objetivos da guerrilha colombiana, podemos recorrer à tese da oportunidade para a guerra. Dessa forma,

9. Ver “Entrevista a Jesús Santrich, miembro del Estado Mayor del Bloque Caribe de las Farc – EP”, de 11 de novembro de 2006. Disponível em: www.farcep.org. Acesso em: 12 out. 2007.

10. As Farc, o ELN e as AUC figuram na lista de organizações terroristas do Departamento de Estado americano.

podemos avaliar esse fenômeno sintetizando Guáqueta (2003) e Collier (2004), ou seja, afirmando que os guerrilheiros perceberam no narcotráfico uma oportunidade de grandes ganhos materiais e o converteram em reforços para sua luta. De qualquer modo, não podemos deixar de lado a ideia de que a ascensão das drogas, por ter sido acompanhada da ascensão dos paramilitares, renova a dimensão das reivindicações ou mesmo aumenta a polarização existente nesse contexto.

Ao mesmo tempo, observa-se a ascensão de um novo ator nessa complexa economia política do conflito da Colômbia. O petróleo ultrapassou o café como principal produto de exportação do país em 1995. A partir daí – até 2006 – as exportações de petróleo e derivados representaram, em média, mais de 25% do total das exportações. Nas exportações para o seu maior mercado consumidor, os Estados Unidos, o petróleo já era o principal produto e, ao avaliarmos sua média entre 1992 e 2006, a participação é de mais de 45%, colocando a Colômbia entre os dez maiores exportadores de petróleo para os EUA.¹¹

O petróleo traz consigo a presença de outros agentes na dinâmica do conflito colombiano – as empresas transnacionais de petróleo. A presença das gigantes do petróleo contribuiu em muito para a posição do petróleo em relação às outras exportações – como é o caso da exploração dos campos de Caño Limón pela Occidental Petroleum (OP). A produção de petróleo na Colômbia é centralizada pela estatal Empresa Colombiana de Petroleos (Ecopetrol), mas – na prática – através de um sistema de associação, boa parte dos poços é explorada pelas multinacionais.

À primeira vista, o principal impacto da presença das companhias estrangeiras se dá através do financiamento das guerrilhas.¹² Portanto, a extorsão das companhias – tanto via taxa ilegal, quanto via sequestro de funcionários – é uma das principais formas de financiamento das guerrilhas. Os recursos advindos de extorsões e sequestros envolvendo as companhias de petróleo são estimados em 140 milhões de dólares, contra uma estimativa que varia entre 200 e 500 milhões de dólares advindos do narcotráfico, o que indica um considerável peso relativo do dinheiro vindo da indústria petrolífera no orçamento das guerrilhas (DUNNING; WIRPSA, 2004).

A cobrança da chamada “taxa de guerra” das companhias internacionais por parte das guerrilhas é um fato conhecido desde a sua chegada ao país. Em depoimento à U.S. House of the Representatives, o CEO da OP afirma que as companhias são obrigadas a pagar tais taxas sob pena de ter seus equipamentos

11. Dados do Ministerio de Comercio, Industria y Turismo. Disponível em: <http://www.mincomercio.gov.co/eContent/documentos/estadisticas/expo>. Acesso em: 12 out. 2007.

12. O ressurgimento da ELN na metade dos anos 1980 foi ligado, por analistas e jornalistas, a 4 milhões de dólares vindos da extorsão de uma companhia alemã envolvida na construção do oleoduto de Caño-Limón-Coveñas.

destruídos e seus funcionários e famílias sequestrados ou mortos.¹³ Graças a esse fenômeno, os territórios ricos em petróleo tornaram-se importantes para as guerrilhas e também para os paramilitares; os últimos veem o controle dessas áreas como uma forma de impedir o seu acesso ao dinheiro do petróleo e utilizam o comércio de combustível roubado nessas áreas como fonte de renda.

Dunning e Wirpsa (2004) mencionam a participação das empresas privadas de segurança – contratadas pelas petroleiras – no conflito. Tais empresas, em boa parte formadas por ex-oficiais do exército americano, fazem bem mais do que a simples segurança dos oleodutos ou sedes das empresas, servindo como verdadeiros mercenários na luta contra as guerrilhas. Um episódio em especial ilustra essa relação: em 1998, um helicóptero do exército colombiano, acompanhado por pilotos de uma dessas empresas, largou uma bomba em um vilarejo que o serviço de vigilância da empresa afirmou ser um esconderijo de guerrilheiros. Como resultado dessa operação 17 civis morreram, entre eles sete crianças.

Dessa forma, a presença do petróleo vem contribuir para o acirramento das hostilidades na Colômbia, através da disputa pela oportunidade de recursos financeiros entre as guerrilhas e os grupos paramilitares, e do envolvimento das empresas de segurança. Além disso, é natural que a renda das exportações do petróleo para o governo central da Colômbia permita aumento nos gastos militares, que dão atenção especial à proteção de áreas ricas em petróleo e por onde passam os oleodutos.

A importância do setor petrolífero no conflito colombiano reforça a ligação desse país com os Estados Unidos. A descoberta de um grande potencial para exploração futura de petróleo na Colômbia chega a ser apontada, tanto por ex-militares como por políticos americanos, como o grande motivador da efetivação do Plano Colômbia.¹⁴ De fato, parte da ajuda externa americana para a Colômbia, em termos de treinamento e financeira, é dedicada especificamente à proteção dos oleodutos (DUNNING; WIRPSA, 2004).

A partir desse panorama, podemos ter uma ideia da complexidade da economia política do conflito civil na Colômbia, com uma grande diversidade de atores e sofrendo a influência de mais de um tipo de “maldição de recursos naturais”. A discussão sobre as motivações do conflito, como vimos, dá lugar a um estudo mais aprofundado da dinâmica existente neste, seja nas interações entre os diversos grupos combatentes, seja nas influências exercidas pelos recursos naturais naquele contexto. O caso colombiano se presta perfeitamente para um estudo mais aprofundado da dinâmica do conflito, justamente pelas características já citadas,

13. Depoimento de Lawrence Meriage, vice-presidente de Relações Públicas da Occidental Petroleum. Disponível em: www.ciponline.org/colombia/021507.htm. Acesso em: 12 out. 2007.

14. Ver o relatório “The costs of doing business. How oil, U.S. militarization and corporate activity intersect in Colombia”. Disponível em: <http://www.afsc.org/colombiaoil/>. Acesso em: 12 out. 2007.

no sentido de identificar não as motivações ou as razões para o combate – dado o distanciamento entre o contexto atual do conflito e as suas raízes –, mas de que forma ele se desenvolve em termos de severidade e acirramento das hostilidades.

Considerações finais

O desenvolvimento das teorias baseadas na dicotomia entre ganância e reivindicação ofereceu contribuições-chaves para o futuro do estudo na área, mesmo se tal oposição já seja vista como ultrapassada (BALLENTINE; NITZSCHKE, 2005; BERDAL, 2003). Entre as principais contribuições dessa fase inicial da área de estudo podemos citar, pelo lado da tese da ganância: a percepção “definitiva” das ligações entre conflitos e pobreza – nas teorias de “armadilha do conflito”; a exposição clara do lado “ganancioso” de uma organização rebelde – mesmo que não se possa afirmar que essa seja a principal motivação para o conflito; além da exposição das relações existentes entre os conflitos civis e os recursos naturais e suas consequências (LE BILLON, 2001, ROSS, 2003).

Pelo lado da tese da reivindicação, temos o aprimoramento das ideias de privações relativas, polarização e desigualdades horizontais, sendo central a noção de que a probabilidade de conflito violento é potencializada pela percepção de desigualdades entre os grupos que compõem uma coletividade (ESTEBAN; RAY, 2004; STEWART, BROWN; MANCINI, 2005; ØSTBY, 2004). Além disso, esse debate inicial contribuiu em muito para modificar a visão geral que se tinha dos conflitos civis até então como ligados à suposta existência de um “ódio milenar” entre grupos.

Os estudos posteriores, derivados em boa parte dos primeiros debates entre ganância e reivindicação, avançam na análise de uma dinâmica dos conflitos, principalmente através das tipologias e classificações dos agentes econômicos envolvidos e dos tipos de recursos naturais presentes (LE BILLON, 2001; GOODHAND, 2004). É notável, nessa evolução, que até certo ponto não apenas o debate entre ganância e reivindicação é deixado de lado, mas pode-se perceber certo movimento dos estudos no sentido de aprofundar o entendimento da dinâmica do conflito, e não mais apenas das suas motivações. Talvez esse movimento possa ser interpretado através de uma espécie de síntese entre as duas vertentes iniciais de tal debate, já que os últimos estudos apontam para um possível entendimento de que há elementos de ganância, principalmente diante da possibilidade concreta de ganho, e de reivindicação, no que se refere à presença de desigualdades entre grupos. Além disso, a ideia de que ganância e reivindicação são fenômenos interdependentes vem se tornando mais clara (KORF, 2005).

É justamente por interpretar dessa forma tal movimento que este artigo partiu para o estudo de caso da Colômbia. Pois a guerra civil que atinge tal país sofre uma modificação enorme em sua dinâmica ao longo dos seus 40 anos de duração,

o que a torna um campo vasto para o estudo da economia política do conflito e de suas transformações. Ao longo do texto, buscamos inserir brevemente o caso colombiano nas diversas teorias enumeradas nas três primeiras partes do trabalho, e percebemos as mudanças que ocorrem à medida que novas variáveis – sejam elas recursos ou grupos – são inseridos naquele contexto.

Apesar da crescente pesquisa em torno da dinâmica dos conflitos, há muito campo para novas observações e para a investigação de novas relações a partir do momento em que o conflito se instala. É nesse sentido que vemos a possibilidade de uma análise mais aprofundada da evolução dos conflitos, em termos de sua severidade (ou tamanho, quantidade de mortes) e do seu acirramento ou não. Boa parte dos estudos existentes que visam a avaliar a severidade dos conflitos tem como variável-chave o tamanho das “coalizões” combatentes (HEGER; SALEHYAN, 2007). Apesar das dificuldades de mensuração no que diz respeito a países em guerra, analisando-se os dados de mortes no conflito colombiano citados acima e as estimativas de colheita de coca, pode-se fazer observações preliminares interessantes.

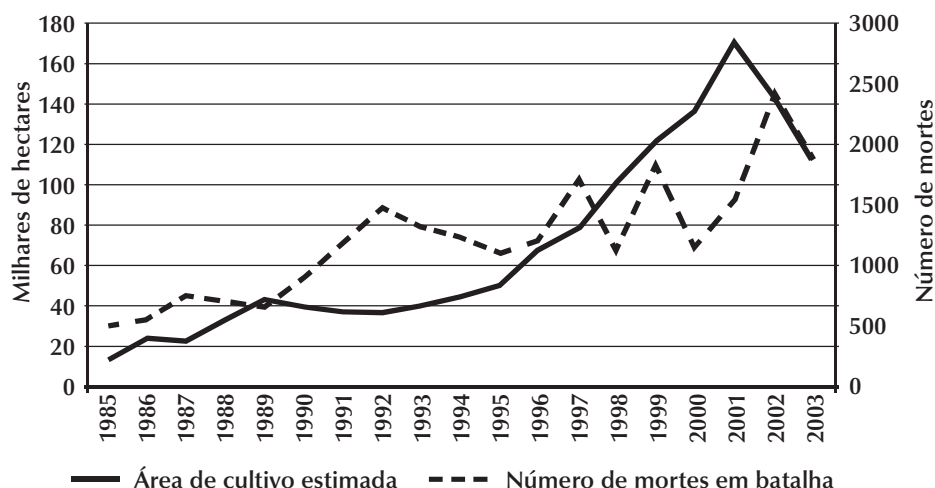


Gráfico 1 - Área estimada de cultivo e número de mortes em batalha na Colômbia, 1985-2003.¹⁵

O Gráfico 1 mostra uma clara relação entre as duas variáveis, que seguem uma trajetória ascendente bastante próxima. Da mesma forma, ao analisarmos as variáveis utilizando um teste de correlação, temos um valor de $r = 0,72$, indicando

15. Fontes dos dados brutos: Battle deathsdataset 2.0, do projeto UCDP/PRIO Conflict Dataset e “International Narcotics Control Strategy Report (INCSR)”, do Departamento de Estado americano, 1996 e 2007.

uma forte associação entre ambas.¹⁶ Mesmo que o coeficiente de correlação não represente nenhum tipo de relação de causalidade entre as variáveis analisadas (GUTJARATI, 2006), ele indica se existe ou não alguma associação entre ambas – considerando que o valor máximo de r é 1, vemos que tal associação existe e é forte.

Utilizamos o exemplo de tal correlação não com a intenção de estabelecer desde já uma relação causal entre as duas variáveis, mas com o intuito de demonstrar possíveis análises a serem feitas no estudo da dinâmica do conflito, tendo o número de mortes em batalha como *proxy* da severidade do conflito. Apesar das limitações já mencionadas da análise estatística de um tema tão complexo, tal análise é válida para identificar e buscar provar tendências gerais observadas durante um estudo teórico que deve ser extremamente aprofundado e criterioso (RESTREPO; SPAGAT, 2004).

Dessa forma, o estudo da economia política dos conflitos civis e da sua dinâmica é um campo ainda aberto e extremamente valioso, como mostram o desenvolvimento desses estudos e os impactos que eles tiveram não apenas no mundo acadêmico, mas no entendimento geral dos conflitos e nas políticas de prevenção e mediação deles. Uma análise mais sistemática dos agentes envolvidos nos conflitos e nas relações que estes estabelecem surge como uma ferramenta valiosa para os formuladores de políticas na área de conflitos civis – da prevenção à reconstrução.

Abstract

The study of civil conflicts has undergone considerable modifications from the late 1990's on, when a special interest in their economic aspects began to grow. It has developed substantially with the opposition between two concepts concerning the main cause of civil conflicts – greed or grievance. Several studies have developed from that moment on, and more attention has been given to the inner dynamics of the conflicts and their relations with natural resources. The article reviews those discussions, from the initial dichotomy to the relations with natural resources and the agents involved in the conflict. There follows an analysis of the conflict in Colombia and its evolution in the light of the reviewed literature.

Key words: Civil conflicts; Political economy of conflicts; Greed and grievance; Colombia.

Referências

AFSC Peace Fellowship Project. **The costs of doing business:** how oil, U.S. militarization and corporate activity intersect in Colombia. 2003. Disponível em: <<http://www.afsc.org/colombiaoil/>>. Acesso em: 12 out. 2007.

16. A correlação indicada foi submetida a um teste-t de hipótese $H_0: r = 0$, tendo rejeitado a hipótese nula.

- AGBONIFO, John. Beyond greed and grievance: negotiating political settlement and peace in Africa. **Peace, Conflict and Development**, Bradford, v. 4, p. 1-14, Apr. 2004.
- BALLENTINE, Karen; NITZSCHKE, Heiko. **The political economy of civil war and conflict transformation**. Berlim: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management Handbook, 2005.
- BALLENTINE, Karen; NITZSCHKE, Heiko. **Beyond greed and grievance: policy lessons from studies in the political economy of armed conflict**. New York: International Peace Academy, 2003. (IPA Policy Report).
- BALLENTINE, Karen. Beyond greed and grievance: reconsidering the economic dynamics of armed conflict. In: BALLENTINE, K.; SHERMAN, J. (Ed.). **The political economy of armed conflict: beyond greed and grievance**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2003.
- BANNON, Ian; COLLIER, Paul (Ed.). **Natural resources and armed conflict: options and action**. Washington: The World Bank, 2003.
- BERDAL, Mats. Beyond greed and grievance – and not too soon... **Review of International Studies**, Cambridge, v. 35, p. 687-698, Outono. 2004.
- BUSHNELL, David. **The making of modern Colombia: a nation in spite of itself**. Los Angeles: University of California Press, 1993.
- COLLIER, Paul; HOFFFLER, Anke. **The political economy of secession**. Manuscrito, 30 de Junho de 2002. Disponível em: <<http://users.ox.ac.uk/~ball0144/self-det.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2007.
- COLLIER, Paul; HOFFFLER, Anke. **Draft chapter for the handbook of defense economics**. Manuscrito, Oxford, 2006.
- COLLIER, Paul; HOFFFLER, Anke. **Data issues in the study of conflict**. Paper prepared for the Conference on “Data Collection on Armed Conflict”, Uppsala 8-9 June 2001
- COLLIER, Paul; HOFFFLER, Anke. Economic causes and consequences of civil war: a discussion of the possible policy interventions. In: DAUDERSTÄDT, M.; SCHILDBERG, A. (Ed.). **Dead ends of transition: rentier economies and protectorates**, Frankfurt: Campus, 2005. p. 151-158.
- COLLIER, Paul; HOFFFLER, Anke. **Greed and grievance in civil war**. Washington, D.C., The World Bank, 2000. (World Bank Policy Research Working Paper No. 2355).
- COLLIER, Paul; HOFFFLER, Anke. **On economic causes of civil war**. Oxford: Oxford University Press, 1998. (Oxford Economic Papers 50).
- COLLIER, Paul; HOFFFLER, Anke; ROHNER, Dominic. **Beyond greed and grievance: feasibility and civil war**. Oxford: The Centre for the Study of African Economies, 2006 (Oxford University, Working Paper).
- COLLINSON, Susan *et al.* **Power, livelihoods and conflict: case studies in political analysis for humanitarian action**. London: Overseas Development Institute, 2003. (HPG Report 13).
- DUNNING, Thad; WIRPSA, Leslie. Oil and the political economy of conflict in Colombia and beyond: a linkages approach. **Geopolitics**, Philadelphia, v. 9, p. 81-108, 2004.
- ESTEBAN, Joan-Maria; RAY, Debraj. On the measurement of polarization, **Econometrica**, Princeton, v. 62, p. 819-851, 1994.
- FEARON, James. Primary commodity exports and civil war. **Journal of Conflict Resolution**, Maryland, v. 49, p. 483-507, 2005.

- FEARON, James. Why do some civil wars last so much longer than others? **Journal of Peace Research**, Oslo, v. 41, p. 275-301, 2004.
- GOODHAND, Johnatan. Afghanistan. In: PUGH, M.; COOPER, N.; GOODHAND, J. **War economies in a regional context: challenges of transformation**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2004.
- GOODHAND, Johnatan. Frontiers and wars: the opium economy in Afghanistan. **Journal of Agrarian Change**, London, v. 5, p. 191-216, Apr. 2005.
- GUÁQUETA, Alexandra. The Colombian conflict: political and economic dimensions. In: BALLENTINE, K.; SHERMAN, J. (Ed.). **The political economy of armed conflict: beyond greed and grievance**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2003.
- GUJARATI, Damodar. **Econometria básica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- GURR, Ted R. **Why men rebel**. Princeton: Princeton University Press, 1970.
- HEGER, Lindsay; SALEHYAN, Idean. Ruthless rulers: coalition size and the severity of civil conflict. **International Studies Quarterly**, Bloomington, v. 51, p. 385-403, 2007.
- KORF, Benedikt. Rethinking the greed-grievance nexus: property rights and the political economy of war in Sri Lanka. **Journal of Peace Research**, Oslo, v. 42, p. 201-217, 2005.
- LE BILLON, Philippe. Angola's political economy of war: the role of oil and diamonds 1975-2000. **African Affairs**, Oxford, v. 100, n. 398, p. 55-80, 2001.
- LE BILLON, Phillippe. Getting it done: instruments of enforcement. In: BANNON, I.; COLLIER, P. (Ed.). **Natural resources and violent conflict: options and actions**. Washington: The World Bank, 2003.
- LEAL, Javier. **Costs of the war in Colombia: a strategic vision of the end of the conflict**. USAWC Strategy Research Project. Disponível em: <<http://www.stormingmedia.us/82/8272/>>. Acesso em: 12 out. 2007.
- LUJALA, Päivi; Gleditsch, Nils; Gilmore, Elizabeth. A diamond curse? Civil war and a lootable resource. **Journal of Conflict Resolution**, Maryland, v. 49, p. 538-562, 2005.
- MURSHED, S. M.; TADJOEDDIN, M. Z. **Reappraising the greed and grievance explanations for violent internal conflict**. Brighton: MICROCON, 2007. (MICROCON Research Working Paper 2).
- MURSHED, S. Mansoob. Civil war, conflict and underdevelopment. **Journal of Peace Research**, Oslo, v. 39, p. 387-393, 2002.
- OLSSON, Ola. Conflict diamonds. **Journal of Development Economics**, Haven, v. 82, p. 267-286, 2004.
- ØSTBY, Gudrun. **Horizontal inequalities, political environment and civil conflict**. Queen Elizabeth House, University of Oxford, 2006. (CRISE Working Paper 26).
- PUGH, M.; COOPER, N.; GOODHAN, J. **War economies in a regional context: challenges of transformation**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2004.
- RESTREPO, Jorge; SPAGAT, Michael. **The dynamics of the Colombian civil conflict: a new data Set**. Royal Holloway: University of London, 2004. (Discussion Papers in Economics 4/10).
- RÖHL, Katharina. **Greed or grievance: Why does the FARC keep fighting?** New York: Peace & Conflict Monitor, University for Peace, 2004.

ROSS, Michael. A closer look at oil, diamonds, and civil war. **Annual Review of Political Science**, Palo Alto, v. 9, p. 265-300, 2006.

ROSS, Michael. Oil, drugs, and diamonds: the varying roles of natural resources in civil war. In: BALLENTINE, K.; SHERMAN, J. (Ed.). **The political economy of armed conflict**: beyond greed and grievance. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2003.

ROSS, Michael. What do we know about natural resources and civil war? **Journal of Peace Research**, Oslo, v. 41, p. 337-356, 2004.

STEWART, Brown; MANCINI. **Why horizontal inequalities matter**: some implications for measurement. Oxford: University of Oxford, 2005. (Crise working paper No. 19).

U.S. STATE DEPARTMENT. **International Narcotics Control Strategy Report (INCSR)**, 2007. Disponível em: <<http://www.state.gov/p/inl/rls/nrcrpt>>. Acesso em: 12 out. 2007.